



História da Historiografia: International
Journal of Theory and History of
Historiography

E-ISSN: 1983-9928

historiadahistoriografia@hotmail.com

Sociedade Brasileira de Teoria e História
da Historiografia

Quadros da Silva, Taise Tatiana

Poder e episteme na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do
programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)
História da Historiografia: International Journal of Theory and History of Historiography,
vol. 2, núm. 3, septiembere, 2009, pp. 204-215
Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia
Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=597770281018>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Poder e *episteme* na erudição histórica do Portugal setecentista: uma abordagem do programa historiográfico da Academia Real da História Portuguesa (1720-1721)

Power and *episteme* in the historical erudition of 18th century Portugal: an approach of the Academia Real da História Portuguesa's historiographic program (1720-1721)

Taise Tatiana Quadros da Silva

Doutoranda em História Social

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

taiseq@yahoo.com.br

SHCGN, quadra 706/707, quadra D, entrada 25, Morato VI, apto. 403

Brasília - DF

70740-770

Brasil

Palavras-chave

Erudição; Hagiografia; Restauração portuguesa.

Keyword

Erudition; Hagiography; Portuguese Restoration.

204

Enviado em: 31/08/2009

Aprovado em: 11/10/2009

Isabel da Mota, no livro *A Academia Real da História, os intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII*, afirma que “nas origens da Academia Real da História cruzam-se as linhas da erudição europeia dos séculos XVII e início do XVIII” (MOTA 2003, p. 29). O estudo sobre a dinâmica daqueles cruzamentos sugere a investigação das modalidades textuais manuscritas ou impressas que serviram às ideias publicizadas e leva a indagar, especialmente, de que maneira tais ideias foram apreendidas e empregadas. No mesmo sentido, faz-se necessária a investigação dos espaços de sociabilidade que propiciaram a circulação dos letrados, permitindo-lhes compartilhar ideias e valores os mais diversos, nos mais longínquos destinos. O proponente do plano de fundação da Academia Real da História Portuguesa, aceito por D. João V, D. Manoel Caetano de Sousa (1658-1734), foi um desses “peregrinos instruídos”, reputado por conhecer a erudição italiana e francesa.¹

Ao conferir a real chancela ao plano da história eclesiástica, D. João V também incumbiu D. Manoel Caetano de Sousa da composição de texto que versasse sobre as regras da pesquisa e do estilo da narrativa histórica, a fim de facilitar a realização da escrita da história. Esse texto, primeiramente intitulado *Origem da Academia Real da História Portuguesa Fundada por el Rei D. João V N. S. em Lisboa no Palácio da real Casa de Bragança*², originou, conforme Isabel da Mota, o discurso *Proposição da Academia da História Eclesiástica de Portugal*. Esse discurso, que se encontra abaixo transcrito, foi publicado no primeiro volume da *Coleção de Documentos, Estatutos e Memórias*, série publicada em vários tomos entre 1721 e 1736. O conteúdo da publicação, empreendida pela Academia Real da História Portuguesa reúne, junto à produção historiográfica daquela sociedade letrada, um repertório de discursos acadêmicos proferidos por seus sócios e uma parte de sua documentação institucional.³

Entre as características que singularizaram o projeto da Academia Real da História Portuguesa, está a de ter usufruído, frente a outras academias do mesmo período, o privilégio do mecenato régio. A atribuição do título de Real Academia diferenciou-a das demais associações literárias, ao conferir estatuto distinto aos seus sócios no cenário da corte. Sob a condição de acadêmicos, os letrados adquiriram reconhecimento como fiéis súditos prestadores de real serviço, noção valorizada na corte portuguesa do setecentos (MONTEIRO 1998, p. 383-402).⁴ Concomitantemente, o reconhecimento do papel dos letrados para a elevação das letras pátrias conferiu-lhes lugar no rol dos varões ilustres

¹ D. Manuel Caetano de Sousa, clérigo regular teatino, procomissário geral da bula da Cruzada, Acadêmico da Academia Real da história e Sócio da Portuguesa, etc. N. em Lisboa a 25 de Dezembro de 1658, e m. a 18 de Novembro de 1734. - A sua vida acha-se extensamente relatada por D. Thomás Caetano de Bem nas Mem. Hist. dos Clérigos regulares, tomo I, de pág. 321 a 464, da qual é principal e interessante episódio a viagem e peregrinação do mesmo padre pela Itália, e a sua estada em Roma. SILVA, Inocêncio Francisco da. E ARANHA, Brito. Dicionário Bibliográfico Português. Volumes 1 a 23. OPHIX, Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses.

² Esse documento encontra-se, segundo Isabel da Mota, na Biblioteca Nacional de Portugal.

³ Os textos abaixo transcritos foram reproduzidos da coleção original existente no Real Gabinete Português de Leitura, sendo eleitos para a presente publicação aqueles que se caracterizaram por discutir as normas de investigação e as formas de escrita da história na academia.

⁴ Conforme Nuno Gonçalo Monteiro a noção de *serviço* caracterizou o *éthos* cortesão na nobreza bragantina.

por armas, por letras ou por virtudes, nobilitando-os, ainda que não procedessem de família fidalga.

O sistema coletivo de escrita da história, escolhido desde a fundação da Academia, conforme se lê nas *Reflexões sobre o Estudo Acadêmico* e no *Sistema da História Eclesiástica e Secular de Portugal*, aproximava-se daquele empregado pela erudição eclesiástica seiscentista francesa, afastando-se do modelo do cronicado-mor, que teve expressão em Portugal a partir do século XV, e ainda presente no Portugal do setecentos. Embora a alusão aos eruditos eclesiásticos de Saint Maur e à obra do beneditino Jean Mabillon (1632-1707) fosse frequente no trabalho dos acadêmicos portugueses, a configuração institucional dos beneditinos maurinos e dos letrados da Academia Real da História Portuguesa é bastante diversa. Outro aspecto relevante na comparação entre a erudição eclesiástica seiscentista francesa e a da academia portuguesa da primeira metade do setecentos relaciona-se à especificidade de seus planos historiográficos. Segundo Blandine Kriegel, o principal objetivo dos estudos maurinos foi o de elaborar uma História Geral da Congregação, enquanto a Academia Real da História Portuguesa ambicionava escrever uma narrativa que abrangesse a totalidade da história eclesiástica e secular de Portugal (KRIEGEL 1996, p. 47). Assim, mesmo que fossem abundantes as referências à erudição eclesiástica do século XVII, a academia não se caracterizou por expressar somente as repercussões do projeto erudito francês ou mesmo italiano. Em breves linhas, apresentaremos algumas relações entre o projeto historiográfico formulado pela Academia Real da História Portuguesa, com a simbologia do cerimonial régio e com algumas vertentes da erudição histórica portuguesa.

O mecenato régio, que garantia legitimidade às investigações acadêmicas, também delimitou o caráter da produção da sua historiografia. A produção discursiva da academia, no gênero história, deveria auxiliar a manutenção do poder monárquico ao obedecer às regras formuladas para a abordagem dos temas que colaboravam para a formação da imagem real. Isso repercutiu no estilo erudito da historiografia acadêmica que promoveu textualmente o aparato simbólico já utilizado no cerimonial régio. O alinhamento entre as práticas de exaltação da figura real e o estabelecimento da Academia Real da História Portuguesa evidencia-se desde sua fundação, com a escolha da data aniversária da instituição. A definição do 8 de dezembro, dia da comemoração da padroeira do reino, ilustra como o cerimonial régio construía e solidificava laços de fidelidade entre o monarca e os seus súditos, ainda que esses representassem o escol daquela sociedade.

No reinado de D. João V, a construção da imagem sacralizada do soberano envolveu uma série de iniciativas. A memória exaltada da aclamação de D. João IV garantiu a atualização da imagem heroica do monarca português da primeira metade do setecentos, que retomou a simbologia religiosa da Restauração. A edificação do palácio-mosteiro em Mafra, a partir de 1717, e a exaltação religiosa, que legou a D. João V o epíteto de "rei freirático", foram, igualmente, aspectos utilizados na construção de uma imagem sacralizada do

soberano. O emprego da simbologia religiosa por esse soberano convergiu, do mesmo modo, com a matriz cristológica da literatura áulica de educação dos príncipes, corrente na elaboração do discurso normativo régio português (BUESCU 1996). Além disso, ao fortalecer a imagem real pela consagração da própria religiosidade, D. João V conquistava uma posição singular dentro do clero, o que, conforme Ana Cristina de Araújo, promoveu a centralização do poder nas mãos do rei, ao antecipar o regalismo e o absolutismo pombalinos (ARAÚJO 2001, p. 175-208). O patrocínio da Academia Real da História Portuguesa, combinado com as demais táticas de afirmação da figura real, expressou uma estratégia de construção imagética do monarca. Em conjunto com as práticas de exaltação da figura real, a reflexão historiográfica na academia esteve completamente vinculada à simbologia de legitimação da soberania formando, com os demais gêneros retóricos de representação do rei, a unidade do discurso de consagração régia. Tendo em vista essas ilações sobre o sentido do patrocínio real e suas implicações para o gênero história, desenvolvido na Academia, analisaremos algumas relações entre a reflexão historiológica e historiográfica daquela instituição com três grupos de discursos que caracterizaram a reflexão histórica portuguesa entre 1640 e o período tratado: a parenética da restauração, o gênero hagiográfico e o genealógico.

207

Os textos programáticos, publicados em 1721, na *Coleção de Documentos, Estatutos e Memórias*, trazem as resoluções e os atos iniciais da academia. Neles, é possível identificar dois objetivos centrais: primeiramente, o da redação da história eclesiástica de Portugal e, em segundo lugar, o da história secular do reino. Os acontecimentos exemplares que ilustraram a glória de Portugal e as vidas dos clérigos insignes são considerados os únicos fatos substancialmente históricos. Além desses, foi proposto que os acadêmicos eleitos escrevessem a apresentação descritiva dos bispados e das cidades, de seus lugares pios, e também das suas relíquias. Para a escrita da história secular, por sua vez, recomendava-se iniciar pela apresentação da Lusitânia anterior aos romanos, seguida pela história das ocupações do território luso, desde os denominados bárbaros até os mouros. Dever-se-ia, ainda, avançar até o período dos reis portugueses, contando os fatos da sua vida e os da de seus herdeiros. Para a realização de tal *Sistema*, aconselhava-se o uso de “segura crítica erudita”, que não permitisse a defesa de sucessos inverossímeis, mas que não recaísse na incredulidade frente às “tradições fundadas” e aos “milagres aprovados”.⁵

A delimitação dos elementos comuns presentes nos discursos oficiais permite-nos a análise sobre as relações entre a reflexão historiográfica e as outras modalidades discursivas. Em primeiro plano, destaca-se, na reflexão historiológica da Academia Real da História Portuguesa, a construção profética e religiosa do sentido da história, largamente difundida no contexto anterior ao da Restauração de 1640 e que, conforme João Francisco Marques, foi um dos elementos-chave na elaboração da legitimidade dinástica bragantina (MARQUES

⁵ Conforme se pode ler nos textos programáticos da Academia Real da História Portuguesa.

1979, p. 391-416). Conforme Marques, o movimento autonomista em Portugal, no século XVII, não pode ser compreendido sem que nos detenhamos na utilização de uma série de práticas simbólicas e discursivas que serviram para fundamentar a legitimidade do rei português.

A aclamação de D. João IV, em 1640, foi definida pelo uso religioso da experiência histórica, a partir da justificação mística do poder monárquico português. Em conformidade com a ideologia presente na *Parenética da Restauração*, a historiografia, entre a segunda parte da *Monarquia Lusitana* (1609), de Frei Bernardo de Brito (1569-1617), e a *História de Portugal Restaurado* (I parte, 1679, II parte, 1698), de D. Luís de Meneses (1632-1690), 3º Conde da Ericeira, reiterou o elo entre a visão cristianizada da ordem social e o poder político. Essa sacralização da monarquia portuguesa foi utilizada também na parenética, ou sermonária, gênero formado pelos discursos eclesiásticos veiculados nos púlpitos, como definiu João Francisco Marques. Segundo analisa o autor, a parenética serviu como meio de disseminação do ideário autonomista em 1640, ao prever na Bíblia a emancipação almejada e, nas vitórias das batalhas, as graças milagrosas recebidas pela chancela divina: na parenética, “a Bíblia estaria para a História” da mesma maneira que, segundo Aristóteles, a potência está para o ato (MARQUES 1996, p. 402):

Texto profético, ela contém potencialmente toda a história, sendo o devir histórico, ao concretizar-se a passagem do acto da profecia. Dentro desta sermonária, a Bíblia funciona como frondosa árvore polissêmica que pela técnica das acomodações e pela via da analogia os permite descobrir a poalha factual de que a história de cada povo se compõe. No caso específico do pregador político da Restauração, os sobreditos planos – o profético e histórico – imbricam-se a nível dos “desígnios de Deus” para a nova nação eleita que, na linha do tempo, veio a ser Portugal, como o seu passado demonstra e a sua história mostrará.

208

A exaltação do sentido místico da monarquia portuguesa foi favorecida pela utilização da popularidade da Virgem Maria da Imaculada Conceição, aclamada padroeira de Portugal em 8 de dezembro de 1646. O argumento da intercessão da Virgem colaborava diretamente para a imagem de D. João IV como rei protegido e legítimo de Portugal. A imagem real foi, da mesma maneira, fortalecida pelas evocações simbólicas ao rei fundador da monarquia portuguesa, D. Afonso Henriques, que, conforme se afirmava, havia sido protegido de forma semelhante por Santa Maria do Claravall. A escolha do dia da padroeira para data aniversária da Academia Real da História Portuguesa corroborou, assim, com as demais táticas de afirmação do poder real de D. João V. O lugar da Academia Real da História Portuguesa no seio da corte joanina, como ilustra o episódio de sua fundação, expressa, em alguma medida, o estatuto granjeado pela instituição, bem como os aspectos que deveriam ser respeitados na sua produção historiográfica. Dessa forma, coube à sua historiografia espelhar a ordem do poder o que, seguramente, garantiu a manutenção do regime profético de discurso histórico, embora esse deixasse de se *revelar* na “arcana Dei”, ou

seja, nos recônditos da narrativa bíblica, para se *evidenciar* em provas abalizadas. O tema da Virgem ganhou especial destaque no ano de 1733, quando coube à academia “festejar a puríssima conceição”. Em sermão pregado pelo acadêmico Frei Manoel da Rocha, a estrutura discursiva presente desde a Restauração foi retomada, ao afirmar o sentido teológico-político da reflexão histórica na academia (ROCHA 1734, p. 09):

Senhores, agora advirto, como justamente disse, que temia enganar-me hoje com a Verdade. Eu cuidava, que a nossa Academia, ou a sua Empresa só era para declarar a Historia; mas agora vejo, que também para declarar a profecia. Continuemos com o salmo, que ainda se não acabou de todo. Faz pausa o nosso David na ultima geração; e para melhor constar de quem falava, diz, havia de ser de um Príncipe, que pusesse especial desvelo em inquirir a Verdade: *Veritatem ejus quis requiret*. E não é este o nosso felicíssimo Monarca, que para a inquirir, não só instituiu esta Real Academia, mas, ainda mais, lhe deu a mesma Verdade por Empresa? Parece se não podia dizer mais claro; mas a verdade é que ainda o Real Profeta o diz como nova, e maior expressão.

A literatura dos fatos milagrosos foi de grande importância no contexto da Restauração, apesar das restrições por que passou o gênero desde a Contrarreforma. No *Discurso* do Frei Manoel da Rocha, a aliança entre História Sagrada com a História Profana, retoma uma fórmula discursiva consolidada ao longo do momento restauracionista, em que se professou uma leitura profética da história do reino. Na perspectiva profética forjada, os protagonistas da história do reino atuavam em conformação com os propósitos divinos, sendo a história de Portugal um capítulo da vontade de Deus. Dessa forma, o conceito de história manipulado subordinava-se ao conjunto conceitual operante para a defesa do pressuposto teológico-político defendido. Segundo esse mesmo pressuposto, o conceito de soberania, consumado entre a ideologia do consentimento popular e manipulado na corte de D. João V, servia, igualmente, como prescrição à própria investida historiográfica. Os gêneros historiográficos produzidos, assim, conformaram-se a um horizonte segundo o qual a idéia da liberdade apenas subsistia obediente à vontade real, sendo a função de historiador uma das honras do vassalo. Por isso, também a escrita historiográfica não expressou um campo profissional cuja normatização conforma-se na relação entre pares que escrevem para si, mas também para um público leitor amplo e irrestrito que legitima e autoriza aquela função-autor (FOUCAULT, 1992).

Contudo, na Academia Real da História Portuguesa, a manipulação escrita de importantes narrativas difundidas por meio oral, como o próprio milagre de Ourique, deve ser analisada como um aspecto de modernização operacionalizado pelo governo de D. João V. O monarca, ao fomentar e proteger a Academia, criou um espaço legítimo e circunscrito de controle de tradições narrativas que serviam à memória do reino na construção da soberania do monarca. O plano historiográfico formulado pelos clérigos e nobres que tomaram parte da associação operou uma importante transformação da memória, criando, pela escrita historiográfica, mecanismos para cercear, de um lado, a tradição restauracionista que atribuía ao povo a origem da soberania monárquica e, de

outro, ao clero que atuara nos púlpitos fomentando leituras diversas da relação entre o poder do rei e a vontade de Deus.

A restrição do imaginário político-religioso, colocada em prática pelo programa historiográfico de D. João V, convergiu, ainda, com um processo já em andamento de controle sobre narrações de vidas de santos e milagres disseminadas pelo reino. Em Portugal, o gênero hagiográfico, que formava o núcleo capital da prosa historiográfica eficiente dentro do clero e entre os leigos, sofreu com a rápida difusão das regras impostas pelo concílio tridentino ao culto dos santos e dos milagres. Tal adesão por parte da nobreza e do clero em Portugal pode ser notada já na censura ao inverossímil, presente na obra *Historia das vidas e feitos heroicos dos Santos* do Frei Diogo do Rosário, publicada em 1567. Entretanto, o controle da imaginação medieval não representou, o abandono do interesse pelos milagres e pelos santos populares que fundavam a identidade pátria. As políticas da memória, tal como a primeiramente formulada por Trento e convencionada por D. João V, no início do século XVIII, seguiram veiculando o conceito de soberania com a origem sagrada do reino português. Concomitantemente, a construção de uma História da Igreja portuguesa, como a idealizada no plano historiográfico da Academia Real da História de Portugal, atuou na secularização da vida de religiosos, ao rejeitar, como já fora proposto pelos padres autores da obra *Acta Sanctorum*, milagres forjados (ou mal provados), o que serviu na revisão sobre a identidade das congregações religiosas e sobre o papel das mesmas dentro do espaço político do reino.

A transformação do discurso historiográfico promovida na Academia Real da História Portuguesa deve ser analisada mediante a retomada das obras históricas que manipularam o gênero popular das biografias santas ou ilustres antes da empresa acadêmica inaugurada por D. João V e do direcionamento que tal estudo tomou a partir de então. Em 1652, Jorge Cardoso (1606-1669) publicou um *Agiológico Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em Virtude do reino de Portugal e suas Conquistas*, bem recepcionado pelos letrados portugueses. Em sua obra, Cardoso procurou equacionar o padrão crítico que se tornava comum nos círculos letrados com os fatos religiosos que consagravam o vínculo entre os súditos e os reis, característico da piedade popular, comum a Portugal e Espanha (GONZALEZ 1993, p. 179-191). Apesar disso, na obra *Agiológico Lusitano*, o gênero hagiológico foi substituído pela exaltação nobiliárquica de ilustres portugueses, operando, assim, uma manipulação importante da historiografia biográfica empregada, igualmente, para a manutenção da coesão social e das identidades estamentais que conformavam o próprio Estado (FERNANDES 1996, p. 25-68). Essa mudança do gênero hagiográfico em gênero genealógico se agudizou na geração erudita presente na Academia Real da História Portuguesa. O sócio António Caetano de Sousa (1674-1759), com a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e suas demais *Provas*, realizou o projeto presente no plano da Academia Real da História e transportou o tema hagiográfico da vida exemplar para as biografias dos varões ilustres.

Essa transformação no regime discursivo hagiográfico, contudo, não se deveu apenas ao efeito direto das regras tridentinas, mas à repercussão de obras católicas eruditas como a *Acta Sanctorum*, já mencionada e a *De probatis Sanctorum historiis* (1570-1576) de Lourenço Surio, citada como modelo no plano historiográfico da Academia.⁶ Em decorrência desses e de outros episódios, a relação com o vestígio adquiriu maior dinamismo na historiografia setecentista e manteve aspectos de caráter aparentemente antagônicos: se, como relíquia, o vestígio apresentava o estatuto de objeto de devoção, como “prova”, tornou-se objeto de dúvida. O uso do vestígio como prova, no entanto, ganhou importância tanto nos processos de canonização de santos populares de Portugal em Roma, quanto na construção das genealogias de varões de sangue limpo, como destaca João de Figueirôa Rêgo (RÊGO 2005). Ainda que fossem aparentemente periféricos, os argumentos jurídicos disseminaram-se como instrumento de legitimação da soberania real diante de Roma e das provas genealógicas dos varões que buscavam o seu lugar entre a nobreza. O intercâmbio entre as lógicas discursivas que serviam à legitimação jurídica da nobreza foi conjugado ao discurso religioso sem provocar uma ruptura com os argumentos de autoridade a partir dos quais estava fundada a fé popular. A complexa rede de valores que sustentava a teia discursiva no Portugal setecentista permitiu uma integração sem confronto entre o discurso de autoridade, presente na tradição religiosa, com o novo léxico jurídico e filosófico que passava a legitimar a ordem do regime.

211

A regulação das práticas de escrita e de leitura pela Igreja e pelo Estado na primeira metade do século XVIII garantiu, dentro dos espaços oficiais de produção do saber, que os eventos milagrosos populares, como o milagre de Ourique, fossem resguardados da crítica. A devoção religiosa e a fidelidade ao monarca, como aspectos estruturais do sistema simbólico e cultural praticado dentro da corte delimitaram a produção do discurso historiográfico e promoveram a consolidação de uma literatura historiográfica dependente em relação à simbologia do Estado e ao sistema teológico-político pelo qual se organizava a lógica social. Dessa maneira, o gosto da dúvida, entre os letrados da Academia Real da História Portuguesa, foi cultivado como um meio de memória e exaltação da soberania régia, sendo este fim o limite da empresa crítica. A boa crítica, como o bom uso da Razão, advinha do decoro cortesão caracterizado pelo *discreto* (HANSEN 1996, p. 77-102). O *discreto*, no método histórico, apresentou-se, assim, como zelo aos princípios que garantiam a soberania, ao aproximar a história da virtude. A memória do reino, a construção do poder real e a escrita da história entremeavam-se de modo a condicionar a noção de verdade histórica ao regime de possibilidades discursivas presentes na sociedade de corte. Para os letrados da Academia Real da História Portuguesa, incluídos no seio da cultura cortesã, verdade e virtude foram aspectos inseparáveis, sendo a noção de verdade subsidiária da noção de virtude e não o contrário. A relação

⁶ A obra *De Probatis Sanctorum* do alemão Surio (1522-1578) é existente no acervo da Biblioteca Nacional de Portugal em latim, em cinco volumes publicados entre 1576 e 1581.

entre história milagrosa, boa crítica e formação de conjunto de varões ilustres em armas e em letras prevaleceu na academia, ao caracterizar as reflexões sobre o passado e ao pautar a norma escrita que se deveria seguir nos textos acadêmicos. A mudança no padrão de decoro cortesão e nas ideias que fundamentavam a noção de soberania real foi impulsionada com a emergência de um novo modelo de homem público que seria formado, depois do terremoto de 1755, com a ascensão política de Sebastião José de Carvalho e Mello (1699-1782) e com as reformas pedagógicas a partir de seu ministério (SILVA 2003).

Fontes:

BRITO, Fr. Bernardo de. **Segunda Parte da Monarquia Lusitana em que se continuam as Histórias de Portugal desde o nascimento de nosso Senhor Jesu Cristo até ser dado em dote ao conde D. Henrique.** Dirigida ao Católico Rei D. Fillippe, segundo do nome em Portugal e terceiro em Castela: Imprensa em Lisboa, no Mosteiro de S. Bernardo, Por Pedro Craesbeeck, 1609.

CARDOSO, Jorge. **Agiológico Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em Virtude do reino de Portugal e suas conquistas.** Na Oficina Craesbeeckiana, Lisboa, 1652. (I tomo).

MENESES, D. Luís de. **História de Portugal Restaurado.** Parte I. Na Ofic. de João Galvão, Lisboa, 1679. Parte II, na Ofic. de Miguel Deslandes, 1698.

ROSÁRIO, Fr. Diogo do. **História das vidas e feitos heroicos e obras insignes dos santos: com muitos sermões e práticas espirituais que servem a muitas festas do ano. Revistas e cotejadas com os seus originais autênticos pelo padre frei Diogo do Rosário da ordem de São Domingos, etc...** Impresso em Casa de António de Mariz, Braga, 1567.

Sermão que pregou o P. Fr. Manoel da Rocha, D. Abade Geral, Esmoler mor, Lente de Teologia na Universidade de Coimbra, e Acadêmico da Academia Real, Festejando a mesma Academia a puríssima Conceição da Virgem Maria, nossa Senhora, na Capela do Paço do Duque, em 15 de Dezembro de 1733. *Coleção dos Documentos e Memórias da Academia Real da História Portuguesa*, Na oficina de Joseph Antonio da Sylva, Impressor da Academia Real. Lisboa Ocidental, 1734. pp. 03-16.

SOUSA, António Caetano de. **Historia Genealógica da Casa Real Portuguesa desde a sua origem até o presente, com as famílias ilustres que precedem dos Reis, e dos Sereníssimos Duques de Bragança, justificada com instrumentos e escriptores de inviolável fé.** Por José António da Silva, Lisboa, (12 tomos entre 1735-1748).

_____. **Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa tiradas dos instrumentos do Arquivo da Torre do Tombo, da Sereníssima Casa de Bragança, de diversas Catedrais, Mosteiros e outros**

particulares deste reino. Na Régia Oficina Silviana, (6 tomos entre 1739 e 1748).

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, Ana Cristina. Ilustración y Reforma de la teologia en Portugal em el siglo XVIII. **Cuadernos Dieciochistas**, 2, 2001, pp. 261-279.

_____. Ritualidade e Poder na corte de D. João V. a gênese simbólica do regalismo político. **Revista de História das Ideias**, Vol. 22, 2001. pp.175-208.

BLAY, Francisco M. Gimeno (org.) **Erudición y Discurso Histórico: Las Instituciones Europeas.** (s. XVIII-XIX). Universitat de València, Departamento de la antiguidad de la Cultura Escrita, Valencia, 1993.

BUESCU, Ana Isabel. **Imagens do Príncipe.** Discurso normativo e representação (1525-49) Edições Cosmos, Lisboa, 1996.

CAJUEIRO, Renato Luiz Bacellar. **Letrados D’El Rey: os conselhos da história e o poder real em Portugal na primeira metade do século XVIII.** Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre em História, sob orientação de Guilherme Pereira das Neves, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

CURTO, Diogo Ramada. **O discurso Político em Portugal.** (1600-1650). Centro de Estudos de História e Cultura Portuguesa / Projeto Universidade Aberta, Lisboa, 1988.

ÉGIDO, Teófanos. Hagiografia y estereótipos de santidad contrareformista (La manipulación de San Juan de La Cruz). *Cuadernos de Historia Moderna*, 2000, 25, pp. 61-85.

FARIA, João André de Araújo. O Monumento Eterno da Restauração de Portugal (1640-1668): A aclamação da Virgem de Imaculada Conceição como Padroeira de Portugal. XIII Encontro de História ANPUH-Rio, 2008, Seropédica, RJ. **XIII Encontro de História ANPUH-Rio: Caderno de Resumos e Programação.** Rio de Janeiro: Armazém das Letras, 2008.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. História, santidade e identidade. O Agiológico Lusitano de Jorge Cardoso e seu contexto. **Via Spiritus**, 3 (1996), pp. 25-68.

FOUCAULT, Michel. **O que é um autor?** Veja: Lisboa, 1992.

HANSEN, João Adolfo. O Discreto. NOVAES, ADAUTO (Org.). **Libertinos/ Libertários.** Companhia das Letras/ FUNARTE, São Paulo, 1996. p. 77-102.

KRIEGL, Blandine. **L'histoire à L'Age Classique**. Les Academies de L' Historire. tomo 3. Quadrige, Presses Universitaires de France, Paris, 1996. pp. 47.

LUCAS, Maria Clara de Almeida. **A hagiografia medieval portuguesa**. Biblioteca Breve, vol 89, Ministério da Educação, Amadora – Portugal, 1984.

MARQUES, João Francisco. A problemática da Parenética da Restauração: um sermão no Porto comemorativo da Batalha de Montes Claros. **Revista de História**, vol. II, Porto, 1979, pp. 391-416.

_____. **A parenética portuguesa e a Restauração. 1640-1668**. INIC, Lisboa, 1989.

MENDES, António Rosa de. **Cultura e Política no Algarve Setecentista**. Damião de Faria e Castro (1715-1789). Gente Singular Editora: Algarve, 2007.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. O "ethos" da aristocracia portuguesa sob a dinastia de Bragança. Algumas notas sobre a Casa e o Serviço ao Rei, **Revista de História das Ideias**. A Cultura da Nobreza. Vol. 19, 1998.p. 383-402.

MOTA, Isabel Ferreira da. **A Academia Real da História**. Os Intelectuais, o poder cultural e o poder monárquico no século XVIII. Minerva: Coimbra, 2003.

PEREIRA, Ana Paula Lopes. O relato hagiográfico como fonte histórica. **Revista do Mestrado de História**, Universidade de Severino Sombra, Vassouras, Vol. 9, nº 10, 2007. pp. 161-170.

RÊGO, João de Figueirôa. **Reflexões de um poder discreto**. Discurso Acadêmico, Saberes e práticas sociais em Portugal Setecentista a propósito dos Códices de dom flamínio. CHAM, Centro de História do Além Mar/ FCSH : Lisboa, 2008.

_____. Family Genealogical records: cleansing and social reception (Portugal – 16th to 18th century). **E-JPH**, Vol. 6, number 1, Summer 2008.

_____. A limpeza de sangue e a escrita genealógica nos dois lados do atlântico entre os século XVII e XVIII: alguns aspectos. Actas do Congresso Internacional Espaço Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades. http://cvc.instituto-camoes.pt/eaar/coloquio/comunicacoes/joao_figueiroa_rego.pdf (visto em 23 de julho de 2009).

RUIZ, Ronaldo Cueto. La tradición profética en la monarquía católica em los siglos 15, 16 y 17. **Arquivos do Centro Cultural Português**, vol. 17, Paris, 1982. pp. 411-444.

SERAFIM, João Carlos. Relíquias e propaganda religiosa no Portugal pós-tridentino. **Via Spiritus**, 8 (2001), pp. 157-184.

SILVA, Ana Rosa Clochet da. **Inventando a nação**. Intelectuais ilustrados e

estadistas luso-brasileiros na crise do Antigo Regime Português (1750-1822).
Hucitec: Campinas, 2006.

_____. A Formação do homem público no Portugal setecentista. (1750-1777). **Revista Intellectus**, Ano 2, vol. II, 2003. pp. 01-31.

SILVA, Amélia Maria Polínia da. Recepção do Concílio de Trento em Portugal: as normas enviadas pelo Cardeal D. Henrique aos Bispos do Reino em 1553. **Revista da Faculdade de Letras**, História, 2º série, vol. 7, Porto, 1990. pp. 133-143.